



Universidades Lusíada

Serro, Luís Manuel Lourenço, 1953-

Fundamentos filosóficos do romantismo

<http://hdl.handle.net/11067/458>

Metadados

Data de Publicação	2011
Resumo	Nas últimas décadas do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, estende-se por toda a Europa um movimento artístico e filosófico que ficou conhecido por Romantismo. Opondo-se ao Racionalismo e ao Iluminismo, que se caracterizavam por conceber a razão enquanto força finita e objectiva, o Romantismo toma esta relação omnipotente pela força infinita do Eu, que se torna substância do mundo. Trata-se do triunfo do sujeito que se auto-revela através do sentimento. Três filósofos são-nos essenciais à co...
Palavras Chave	Romantismo
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] RAL, n. 3 (2.º semestre 2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T07:24:32Z com informação proveniente do Repositório

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO ROMANTISMO

Luís Manuel Lourenço Serro¹

RESUMO

Nas últimas décadas do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, estende-se por toda a Europa um movimento artístico e filosófico que ficou conhecido por Romantismo.

Opondo-se ao Racionalismo e ao Iluminismo, que se caracterizavam por conceber a razão enquanto força finita e objectiva, o Romantismo toma esta relação onipotente pela força infinita do Eu, que se torna substância do mundo. Trata-se do triunfo do sujeito que se auto-revela através do sentimento.

Três filósofos são-nos essenciais à compreensão deste movimento: Fichte, Schelling, e Hegel.

Fichte terá como princípio da sua filosofia, identificar a substância do mundo como acção infinita do Eu.

Esta perspectiva encontrará novas interpretações com Schelling, diferenciando-se na medida em que, na relação sujeito/objecto, este afirma a completa união dos dois num conceito de Absoluto, identidade plena de ambos.

Hegel virá reflectir sobre a oposição do sujeito e do objecto, do espírito e da natureza, que se separam na sua concretização (o finito), e unem-se na sua universalidade (o infinito). Na sua obra trata de uma história da filosofia da arte.

Dado este conceito de acção infinita do Eu, o Romantismo assume quatro características fundamentais:

O optimismo em que cada facto deve ser o que é, e portanto a evolução é sempre positiva, pois toda a acção integrada no todo se auto-justifica.

O providencialismo no qual reside a ideia de que todos os factos podem ter uma consciência temporal, embora possam existir fora dele.

O tradicionalismo, intimamente ligado ao providencialismo, assumindo que na história tudo evolui positivamente, tudo se concretiza na infinita acção da razão, e portanto valida a recuperação de todos os momentos do passado em aparência e essência.

E por fim, o titanismo, cuja expressão artística se consubstanciou no sublime, o sentimento estético de infinitude que nos liberta da nossa condição finita.

PALAVRAS-CHAVES

Romantismo, Fichte, Schelling, Hegel, Sublime.

ABSTRACT

In the last decades of the XVIII century, and beginnings of the XIX century, an artistic and philosophical movement which became known as Romanticism extends throughout Europe.

Oposing to Rationalism and Enlightenment, which were characterized by conceiving the reason as a finite and objective strength, Romanticism assumes this relationship as omnipotent through the infinite power of the Self, which becomes the substance of the world. It's the triumph of the subject that reveals itself through the feeling.

Three philosophers are essential to the understanding of this movement: Fichte, Schelling, and Hegel.

Fichte has, as a principle of his philosophy, identified the substance of the world as the infinite action of the Self.

¹ E-mail: luisserro@gmail.com

This perspective will find new interpretations with Schelling, differing in the relation between the subject/object, which he claims to be completely united in the concept of Absolute, full identity of both.

Hegel will consider the opposition between subject and object, spirit and nature, which are separated in the achievement (the finite), and joined in their universality (infinity). His work is a history of philosophy of art.

Given the concept of infinite action of Self, Romanticism takes four basic concepts:

The optimism in which every fact must be what it is, and therefore evolution is always positive because all the action integrated in a whole is self-justifying.

The providentialism in which lies the idea that all the facts can have a consciousness of time, although they may be out of it.

The traditionalism, closely linked to providentialism, assuming that everything is moving positively in history, everything is concretized in the infinite action of reason, and thus validates the recovery of all past moments in appearance and essence.

And finally, titanism, whose artistic expression was consolidated in the sublime, the aesthetic feeling of infinity that frees us of our finiteness.

KEY-WORDS

Romanticism, Fichte, Schelling, Hegel, Sublime.

O Romantismo foi um movimento artístico e filosófico que se iniciou entre os finais do séc. XVIII, e os princípios do séc. XIX. Propagou-se por toda a Europa e influenciou quase todo o séc. XIX.

O termo “Romântico” deriva da palavra medieval “Roman” (Romance) que designava a narrativa das aventuras sentimentais e guerreiras de um cavaleiro.

O sentimento pessoal era pois o motor de toda a acção, e foi descrito com particular importância na literatura dos géneros épico e lírico.

Este movimento opõe-se ao Racionalismo, e teve os seus antecedentes em alguns aspectos do Iluminismo.

Uma das figuras cimeiras do Iluminismo foi Emanuel Kant, que nas suas “críticas” equaciona o conhecimento como um relação sujeito/objecto, cuja acção recai sempre sobre o sujeito, individualizando-o.

Esta individualização é a primeira e substancial característica do Romantismo.

Mas enquanto o Iluminismo em geral, e Kant em particular, tratam a razão como uma força finita em contradição com o mundo exterior, com o objectivo de o compreender, e transformar (o sujeito é limitado pelo objecto que se lhe opõe em permanente conflito), no Romantismo, pelo contrário, esta relação torna-se onipotente pela força infinita do Eu, que se torna substância do mundo.

Fichte identificou a razão com essa infinita actividade do Eu, a que chamou o Infinito, e nele distingue duas diferenças fundamentais:

- O Infinito na infinita actividade interior do sujeito (o Eu em oposição ao não-Eu);
- O Infinito numa existência exterior ao sujeito, em que este é o seu objecto.

Assim, no primeiro caso, o absoluto surge ligado ao homem, no segundo caso, surge identificado com Deus.

Porém, qualquer actividade é sempre um movimento, quer em acto, quer em potência². Mas o absoluto é o culminar dessa actividade, cessando o seu dinamismo, isto é, atingindo o não-movimento.

Surge assim a grande oposição a toda a filosofia anterior:

O Infinito é interior ao próprio sujeito (Eu), em que o limite se concretiza no objecto (não-Eu), enquanto que na filosofia clássica, o homem no seu permanente devir, é transcendido pelos princípios imanentes (arquétipos) a ele exteriores, e toda a actividade filosófica consistia em:

- Revelar a verdade (filosofia clássica);
- Encontrar a felicidade (filosofia do período Imperial);
- Explicar a verdade (Neo-platonismo, Patrística, e Escolástica);
- E organizar a verdade num método e num sistema que permita compreendê-la e torná-la operacional (Racionalismo e Iluminismo).

O homem não agia pois por mero capricho ou acidente, mas era sujeito a leis transcendentais exteriores, que para ele eram o objecto da sua acção.

Contrariamente, no Romantismo, o domínio da acção (infinito) é interior ao próprio homem, como ente individual (o sujeito).

Surgem assim as três características fundamentais do Romantismo:

- O sujeito como ente individual;
- A actividade infinita do Eu (sujeito) como acção que limita o próprio sujeito, tornando-o o centro e o fim de toda a acção. “O Eu infinito é a substância do Eu finito.”³
- A interiorização de toda a acção no sujeito, como ente individual, anula qualquer realidade fora do homem, particularizando-o, e pulverizando o mundo exterior numa multitude de fenómenos que, na sua objectividade, são subjectivos.

Mesmo a transcendência, não é, como na filosofia clássica, um ente exterior, mas sim uma convergência de individualidades (particularidades) afins.

Estas três características podem ser englobadas num único princípio: o triunfo do sujeito que se auto-revela (razão) através do sentimento.

Este princípio foi o centro do movimento *Sturm und Drang*⁴ que o equacionou de duas maneiras opostas:

- A primeira considerava o infinito como um sentimento e uma acção livre do Eu;
- A segunda considerava o infinito como uma acção infinita do Eu, em que as determinações podem ser deduzidas e predicadas umas nas outras, sem limite.

Assim, a relação do sujeito/objecto, homem/natureza, pode assumir duas vias:

- Se a relação se faz pela negativa, o belo assume-se como a experiência estética do sublime;
- Se a relação se faz pela positiva, o belo assume-se como a experiência estética do inefável.

O movimento Romântico irá privilegiar o sublime como experiência estética.

Para o compreendermos, damos a palavra aos filósofos.

² Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*.

³ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. IX. p. 21

⁴ *Sturm und Drang* – Tempestade e ímpeto. Movimento que teve o seu lugar na Alemanha.

A PALAVRA DOS FILÓSOFOS.

1.1. Immanuel Kant

Quando Kant escreve na sua obra *Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime*: “As diferentes sensações de contentamento ou desgosto repousam menos sobre a qualidade das coisas externas que as suscitam, do que sobre o sentimento próprio de cada homem, por elas sensibilizado com prazer ou desprazer”⁵, separa claramente o sujeito do objecto, identificando-os como dois entes diferenciados.

Assim, a beleza é um sentimento do sujeito, que não reside no objecto em si, nem na sua contemplação, nem é induzido por uma experiência estética.

Com efeito, esta experiência é independente da utilidade, da funcionalidade, ou de qualquer outro interesse.

“Chama-se interesse à complacência que ligamos à representação da existência do objecto. Por isso, um tal interesse envolve sempre a referência à faculdade de aptidão, quer como seu fundamento de determinação, quer vinculando-se necessariamente ao seu fundamento de determinação.

Agora, se a questão é se algo é belo, então não se quer saber se a nós ou a qualquer um importa, ou sequer possa importar algo da existência da coisa, mas sim como a ajuizamos na simples contemplação.”⁶

Kant verifica assim que, embora possa existir uma satisfação resultante da utilidade do objecto, esta não é um sentimento estético, pois fundamenta-se no interesse.

“Se alguém me pergunta se acho belo o palácio que vejo à minha frente, então posso na verdade dizer: não gosto desta espécie de coisas que são feitas simplesmente para embasbacar (...) posso além disso, em bom estilo Rousseauiano, recriminar a vaidade dos grandes que se servem do suor do povo para coisas tão supérfluas; finalmente posso convencer-me facilmente de que, se me encontrasse numa ilha inabitada, sem esperança de voltar à civilização, e se pelo meu simples desejo pudesse produzir por encanto um tal edifício sumptuoso, nem por uma vez me daria a esse trabalho, se já tivesse uma cabana que fosse suficientemente cómoda. (...) Quer-se saber se esta simples representação do objecto em mim, é acompanhada de complacência, por indiferente que eu possa sempre ser com respeito à existência do objecto desta representação.”⁷

Ora, a dualidade coloca o objecto⁸ exterior ao sujeito⁹; mas se é assim, como é possível o conhecimento de um ser que existe fora dele?

Kant tenta resolver este problema encontrando uma ligação entre a Razão Pura (razão) e a Razão Prática (moral): “Pois a lei moral exige uma realização no interior do próprio mundo fenoménico. Daí a necessidade de encontrar uma passagem, uma conexão, entre as duas ordens, que reúna o sensível (a natureza), e o supra-sensível (liberdade).”¹⁰

⁵ KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. apud PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*. p. 303.

⁶ KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. apud PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*. p. 30.

⁷ KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. apud PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*. p. 30.

⁸ Objecto: deriva de *ob* (“contra”) + *iacere* (“atirar”) – Movimento para o exterior.

⁹ Sujeito: deriva de *sub* (“debaixo”) + *iacere* (“atirar”) – Existência interior.

¹⁰ KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. apud PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*.

Esta conexão situa-se na faculdade do juízo, situado entre o intelecto (que apreende a natureza), e a razão (que orienta a acção do homem).

“A arte constitui uma conciliação simbólica entre a necessidade (natureza), e a liberdade (homem), na qual o objecto material (um momento da natureza) passa a simbolizar o sujeito humano (actividade moral).

Ela unifica assim as esferas da ciência (razão técnica), e da moral (razão prática), o que confere uma base para a solidariedade humana”¹¹; e embora Kant estabeleça categorias para o gosto (agradável, complacência), e para a beleza (beleza livre e beleza aderente), o facto é que a sua definição se mantém indefinida pois não é universal: “Não pode haver nenhuma regra de gosto objectiva que determine através do conceito, o que seria belo. Pois todo esse juízo procedente desta fonte é estético, isto é: o sentimento do sujeito, e não o conceito de um objecto, é o seu fundamento determinante.”¹²

Este fundamento do sentimento do belo no sujeito, que obtém assim uma experiência única e singular, abre caminho a uma natureza desse sentimento.

Se o sentimento de belo deriva da pulsão da vida, é uma beleza positiva; o belo porém, deriva de uma grandeza informe, é uma beleza negativa: o sublime.

Esta polémica, embora de conceito mais vasto, pode sucintamente caracterizar-se pela relação do Eu (sujeito) com o não-Eu (objecto) que se configura no Idealismo de Fichte, de Schelling, e de Hegel.

Para o Iluminismo, a razão limitada pelo fenómeno Kantiano é uma entidade finita. Para o Romantismo começa, e desenvolve-se, quando a razão é tomada como uma força cuja acção é infinita, e portanto torna-se substância do mundo.

Esta substância do mundo identificada como acção infinita da razão, é o princípio central da filosofia de Fichte.

1.2. Fichte

O Racionalismo tinha considerado no axioma cartesiano “Eu penso, logo existo” a substância do conhecer.

Mas, para Fichte, o pensamento é uma actividade do Eu, que é finita enquanto recai no objecto (realidade exterior) e infinita enquanto ordem interna dessa realidade.

Por isso a actividade infinita do Eu é a única forma de conhecer essa realidade, que se torna o seu objecto.

“O Eu, não é senão auto-actividade, e reside aí a sua essência; e logo que o Eu se encontra em tal ou tal situação, a sua essência é uma certa auto-actividade determinada.

“O Eu coloca-se por si mesmo” significa que é uma actividade que volta a si própria; (...)

Porque tudo o que o representa deve ser, pela auto-actividade, então as representações que são acompanhadas do sentimento de necessidade são igualmente os produtos desta auto-actividade.”¹³

¹¹ PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*. P. 307.

¹² KANT, Immanuel. *Crítica do juízo*. apud PULS, Maurício. *Arquitectura e filosofia*. P. 316.

¹³ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Segunda Introdução. §3. p. 75

Fichte reconhece pois que o infinito é o Eu, ou seja, a auto-consciência, a essência do homem.

Põe-se então a questão de distinguir Ser em si (que é a posição dogmática) e do Ser por nós (que é a posição idealista).

“O dogmatismo admite as coisas-em-si, postula-as e postula a sua existência, porque essas coisas-em-si, não estão contidas na acção da minha consciência. Nenhum dogmatismo afirma que as coisas-em-si são imediatamente conscientes, ele afirma somente que não se pode explicar o que é a acção da consciência se não se pressupõe as coisas em si.

(...)

O idealismo explica a representação por um representante que ele pressupõe. Isto também não é um objecto imediato da consciência. Habitualmente, numa consciência, o que se encontram são sempre representações de coisas fora de nós, mas se queremos chegar a uma representação do representante, deve-se produzi-la por reflexão Ser em si.”¹⁴

Assim, para Fichte, “o fundamento do Ser não é o próprio Ser, mas a actividade em virtude da qual o Ser se funda; e esta actividade não pode ter outra relação que não seja consigo próprio, e não pode ser senão uma actividade que regressa a si próprio.

Trata-se de uma actividade originária que é no seu conjunto o seu objecto imediato, e que se intui a si própria. É portanto auto-intuição ou auto-consciência. O Ser-para-nós (o objecto) só é possível sob a condição da consciência (sujeito) e esta apenas sob a condição da auto-consciência.

A consciência é o fundamento do Ser e a auto-consciência o fundamento da consciência.”¹⁵

É o que Fichte analisa na doutrina da ciência, onde coloca três princípios:

- O primeiro principio é o de identidade, ou seja, o Eu não pode colocar nada sem se colocar como existente.

“Todo o acto de representar é um acto de auto-colocação. Tudo procede do Eu. O Eu não é um elemento da representação mas toda a representação procede do Eu.

Toda a consciência possível supõe uma consciência imediata e não pode ser concebida fora dela.

A identidade do que coloca e do que é colocado é absoluta, ela não pode ser apreendida como fora da experiência, ela é o que torna possível a aprendizagem e a experiência.

O Eu não é somente o sujeito mas é sujeito=objecto; se ele fosse só o sujeito então a minha consciência seria inconcebível; se ele fosse objecto, então procurar-se-ia num objecto fora dele que jamais se encontraria. Eu, sujeito, alma, e espírito, não são sinónimos.

O sujeito é o Eu enquanto coloca qualquer coisa na representação.”¹⁶

- O segundo principio é o de oposição, pois o Eu quando se coloca, coloca também um não-Eu que se lhe opõe, que lhe é reflexivo.

Em Fichte, reflexo não significa uma reprodução de uma imagem num espelho, mas um

¹⁴ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Segunda Introdução. §3. p. 75

¹⁵ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. IX. p. 14

¹⁶ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Parágrafo I. O Eu como identidade do que coloca e do que é colocado. Intuição intelectual e reflexão pura.. p. 92

retorno sobre si próprio, daí que o não-Eu exista no Eu.

“Toda a consciência é acompanhada de uma consciência de si imediata, chamada “intuição intelectual” e somente é pressupondo uma tal consciência que se pensa. Mas a consciência é uma actividade, e a consciência de si é, mais particularmente, a actividade voltando a si da inteligência, ou reflexão pura. (...)”

Esta reflexão pura considerada como conceito é pensada pelo Eu. Como consequência eu coloco o Eu, muito simplesmente, pelo Eu e toda a outra consciência é condicionada por esta auto-posição.”¹⁷

“O Eu deve pois ser pensado como sendo sujeito=objecto.”¹⁸
- O terceiro princípio é a continuação do segundo princípio.

Se o Eu se coloca a si-mesmo no não-Eu, que a si retorna, então o Eu, opõe em si mesmo, um não-Eu divisível, que embora o limite em parte é por si mesmo absorvido.

Segundo Abbagnano “estes três princípios delinham-nos as fontes fundamentais da doutrina de Fichte uma vez que estabelecem:

- 1 – A existência de um Eu infinito, actividade absolutamente livre, e criadora;
- 2 – A existência de um Eu finito (porque limitado por um não-Eu), a existência de um sujeito empírico (o homem como inteligência e razão);
- 3 – A realidade de um não-Eu, de um objecto (mundo ou natureza) que se opõe ao Eu-infinito, mas é integrado no Eu-finito pelo qual é colocado.”¹⁹

Mas em que se funda esta acção infinita do Eu e como se pode expressar?

“Como é possível que o Eu tenha um conhecimento das possibilidades de acção antes de qualquer acto de agir? Esta possibilidade de acção requer qualquer coisa de positiva na pluralidade (o qual seria uma saída) e que não pode ser decomposta. Este positivo teria pois, necessariamente, propriedades fundamentais. Tal é o sentimento; é determinado, e limite de todo o Eu, para além do qual este não possa retroceder.

O sentimento é o limite último, não pode ser decomposto, ou composto, o sentimento é simplesmente o que ele é. O que é dado pelo conhecimento é a condição, a esfera de todo o agir do Eu, mas ele não é o seu objecto.”²⁰

É em suma o conceito de infinito como acção infinita do Eu, e a sua consciência através do sentimento do sujeito como individualidade, que encontrará na geração dos românticos, e particularmente em Schelling, novos caminhos de interpretação e especulação.

1.3. Schelling

Embora Schelling parta do mesmo princípio do infinito de Fichte, difere deste porque enquanto Fichte postula uma acção e reflexão continua entre sujeito/objecto, onde se pressupõe duas entidades diferentes, Schelling afirma a completa união dos dois num conceito de Absoluto que não é redutível a nenhum deles, é antes a identidade plena entre ambos.

“Mas aquele desconhecido que aqui estabelece uma inesperada harmonia, entre as actividades objectiva e consciente, não é mais do que aquele Absoluto que encerra o princípio

¹⁷ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Parágrafo I. Resumo §1 (ditado em 1798). p. 97

¹⁸ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Parágrafo III. (ditado em 1798). p. 115

¹⁹ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. IX. p. 15

²⁰ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Parágrafo VI. p. 138

geral de harmonia pré-estabelecida entre o consciente e o inconsciente.”²¹

Todavia, esta perfeita identidade põe o problema de como se passa do sujeito para o objecto.

“Mas esta identidade, por sua vez é pensável ou como objecto absoluto (coisa em si) ou com sujeito absoluto (sujeito em si).

A primeira solução dá lugar ao dogmatismo (ou realismo), a segunda dá lugar ao criticismo (ou idealismo).

Os dois sistemas têm portanto o mesmo problema e o mesmo objectivo final, que é a identidade entre sujeito e objecto.

Mas enquanto o dogmatismo postula a identidade como condição absoluta, o criticismo faz dele uma tarefa infinita; por isso, enquanto aquele implica a ilimitada passividade do sujeito, este exige a ilimitada actividade do mesmo.”²²

Mas o acto através do qual o Eu produz o objecto é a intuição, ou seja, um acto inconsciente, enquanto que o Eu que reflecte o objecto, tornando-o consciente, reconhece-o como diferente de si.

“Aliás só neste plano é dado a captar no seu correcto horizonte o significado Estilístico de Schelling.

Nesta perspectiva a arte acaba por constituir o lugar principal onde se manifesta a íntima e intrínseca unidade do Eu e da Natureza do sujeito e do objecto do consciente, e do inconsciente.”²³

No sistema do idealismo transcendental, Schelling atribui à produção do inconsciente a poesia, e a produção consciente à arte, mas ambas são indispensáveis na criação da obra de “arte”.

“Além disso, se a arte se deve à acção de duas atitudes realmente diferentes entre si, o génio não é uma nem outra, mas aquilo que está acima de ambas. Se numa das duas actividades, ou seja, naquela consciente, quisermos procurar aquilo a que vulgarmente chamamos arte, aquilo que aliás, não é senão uma parte desta, é o mesmo que dizer que esta se exerce com consciência, ponderação, e reflexão, aquilo que também se pode ensinar e aprender e obter com a ajuda da tradição mediante o exercício próprio.

Ao contrário, no elemento inconsciente, que também faz parte da arte, teremos que procurar aquilo que nesta não se pode aprender, nem obter mediante o exercício ou de outro modo, mas que só pode ser inato por livre dom da natureza – e é isso que numa palavra podemos designar na arte por poesia.”²⁴

Mas como Schelling inclui a Estética num sistema, é necessário compreender como este ocupa um lugar posterior à filosofia.

“Todo o sistema reside entre dois sistemas, um dos quais é designado pela intuição intelectual e o outro pela estética. O que é a intuição intelectual para o filósofo é a estética para o ser o objecto. A primeira sendo necessária unicamente ao serviço daquela direcção

²¹ SCHELLING. *Sistema do idealismo transcendente*.

²² ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. IX. p. 51

²³ VERCELLONE, Federico. *A estética do séc. XIX*. p.15

²⁴ SCHELLING. *Sistema do idealismo transcendente*.

particular que o espírito assume no filosofar, não entra em geral na consciência comum; a outra, não sendo senão a própria intuição intelectual, que conquistou uma validade universal e se tornou objectiva, pode pelo menos encontrar-se em todas as consciências.

Mas precisamente por isso, é possível ver como e, porquê, a filosofia como filosofia, nunca pode conquistar uma validade universal.

A única coisa a que se concede objectividade absoluta é a arte.”²⁵

Mas se com Fichte e Schelling estamos no âmbito da filosofia da arte, na obra de Hegel encontramos uma história da filosofia da arte.

1.4. Hegel

A estética de Hegel é (como na generalidade dos filósofos da sua época) uma reflexão sobre a oposição do sujeito e do objecto, do espírito e da natureza, que se separam na sua concretização (o finito), e unem-se na sua universalidade (o infinito).

Este infinito, como já foi exposto, consiste numa actividade ilimitada do Eu, tendo portanto um carácter dinâmico de permanente criação.

Porém, quando este infinito é tomado como não-movimento, encontramos-nos diante do Absoluto.

“O Absoluto é aquilo que é, repousa sobre e em si mesmo, absolutamente sem mutação nem oscilação, firme completo e fechado sobre si próprio.”²⁶

Este Absoluto contém a verdade; a ideia; e a beleza é a sua manifestação aparente.

“(…) Embora toda a verdade seja, ainda hoje, considerada como inconcebível e só, portanto, às temporais finitudes e occasionalidades do fenómeno, se ofereçam à conceptualização, nós pensamos, pelo contrário, que só a verdade é concebível pois só ela se funde no conceito absoluto e, mais exactamente na ideia.”²⁷

Ora, como a beleza é a manifestação exterior da ideia, Hegel é mais lapidar na definição destes dois conceitos.

“É que a beleza, como já demonstrámos (e disso voltaremos a tratar), não constitui uma abstracção do intelecto, mas sim o conceito em si, concreto e absoluto, ou seja, ideia absoluta.

Para darmos da ideia uma definição mais rigorosa, diremos que, enquanto existente em si e para si, a ideia é também a verdade em si, é o que participa do espírito de um modo geral, o que é espiritual universal, o espírito absoluto.

O espírito absoluto é o espírito enquanto universal e não enquanto particular e finito.”²⁸

Esta existência “interna” da Ideia no espírito absoluto, encerra em si mesma, duas oposições:

- A primeira é que a Ideia, o espírito absoluto distingue-se do Ideal pois este “limita-se a aparecer como unidade que tem uma determinação exterior, uma realidade exterior.”²⁹
- A segunda, como acima ficou expresso, distingue o espírito absoluto do finito.

²⁵ SCHELLING. *Sistema do idealismo transcendente*.

²⁶ FICHTE. *Doutrina da ciência*. Cap. 8

²⁷ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I p. 82

²⁸ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia p. 182

²⁹ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. II. – O Ideal. p. 247

“Ora nós partilhamos, aqui, a oposição de espírito e natureza. O espírito que separando-se da natureza, se opõe a ela, não é o espírito absoluto, mas o espírito finito que recebe a verdade do espírito absoluto, onde a natureza se situa de um modo Ideal. (...)”

Mas em tudo isto, trata-se apenas do ponto de vista do espírito finito cuja verdade provém do espírito absoluto que é a união de si próprio com a natureza.

Para este, a natureza só existe pois, na Ideia como algo que está.”³⁰

Mas esta união confere à natureza uma negatividade produzida pela dinâmica do espírito absoluto que lhe permite diferenciar-se de si próprio.

“A natureza é portanto, coisa dada, criada, e o que há nela há de verdadeiro, reside na sua idealidade, na sua negatividade.

Mas a subjectividade implica o que é diferente de si, e o poder de se opor e tratar o diferente como algo negativo.

É a negatividade infinita, a negação, e a natureza representa esta última.

Tal idealidade e tal negatividade infinita formam o conceito profundo de subjectividade do espírito.”³¹

É que a natureza como algo concreto e definido torna-se o objecto do espírito finito que na sua relação imperfeita tende a procurar uma universalidade pela “racionalidade dinâmica do espírito.

O espírito apreende a finitude como sendo a sua própria negação, e atinge assim o infinito. Esta verdade do espírito finito é que é o espírito absoluto.

O espírito absoluto é esta totalidade, verdade suprema.”³²

Está pois enunciado o princípio que levará à especulação da experiência estética do sublime.

Porém, como a verdade e a ideia participam no absoluto, a beleza é deles manifestação, não pela negativa mas pelo seu lado positivo.

“Ao dizermos que a beleza é ideia, queremos dizer que beleza e verdade são uma e a mesma coisa. Com efeito o belo tem de ser verdadeiro em si.”³³ (...) Contudo a ideia também se deve realizar exteriormente e adquirir uma existência definida enquanto objectividade natural e espiritual. A verdade como tal também existe, quer dizer, também se exterioriza. Desde que, assim exteriorizada, a verdade oferece-se à consciência, e o conceito fica inseparável da manifestação exterior, a ideia não só é verdade como também é beleza.

O belo define-se pois, como a manifestação sensível da ideia.”³⁴

Este “sensível” pressupõe uma existência exterior ao sujeito (o objecto) sobre o qual esta manifestação recai, e que retoma à ideia numa relação biunívoca infinita.

Assim, o mundo real torna-se parte interna de uma totalidade imanente.

³⁰ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I. – A Ideia. p. 183

³¹ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia. p. 183

³² HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia. p. 185

³³ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia. p. 210

³⁴ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia. p. 211

“Sendo a realidade coisa diferente da idealidade, sendo o sensível coisa diferente do conceito e diferentes sendo o objectivo e o subjectivo, não deverão, segundo o intelecto, estar reunidas tais oposições. Por isso o intelecto preserva sempre o finito no unilateral, na não-verdade. O belo, contrariamente, é por si mesmo infinito e livre. Embora possa ter um conteúdo particular e por consequente limitado, não deixa esse conteúdo de aparecer como uma totalidade infinita em si, e de ser dotado de uma existência livre: é que sempre o belo é o conceito que, longe de contraditar a sua objectividade opondo-lhe uma finitude abstracta e unilateral, se confunde com essa objectividade e se torna, graças à unidade imanente, infinita em si.”³⁵

Ora, esta infinitude é um movimento reflexivo que constitui a animação, e esta é a substância do ideal.

“Só a animação é a vida do espírito constituem a livre infinitude que lhe permite continuar a ser uma manifestação real, o interior para si próprio, e após a exteriorização, a si regressar e em si permanecer.”³⁶

Por isso, esta unidade é imanente ao aspecto sensível do belo, e por isso o mundo real dos objectos e fenómenos é a expressão exterior do ideal que neles se revela.

“O ideal manifesta a sua verdadeira natureza ao reintegrar de tal modo a existência exterior no espiritual que este encontra na fenomenalidade exterior, assim adequada ao espírito, à sua revelação (...) O ideal é, assim constituído pela realidade extraída da multitude de particularidades e acasos desde que, nesta exterioridade oposta, a generalidade, o próprio interior apareça como individualidade vivente.”³⁷

Desta relação interactiva entre o interior e o exterior, entre sujeito e objecto, resulta que a aparência é um meio de manifestação do conteúdo (valor simbólico) que funciona como um espelho que reflecte para o sujeito o valor por ele investido num objecto.

Assim, este ideal reporta-se em última análise ao sujeito ou seja torna-o fim último da sua acção e por isso a sua íntima experiência estética como infinita, é a substância do romantismo que assume um percurso filosófico e histórico de grande complexidade.

A conclusão que surge desta análise é que a razão é tomada mais como potência do que como extensão.

“Ainda que diversamente designado pelos filósofos românticos (Fichte chamou-lhe «Eu», Schelling «Absoluto», Hegel «Ideia» ou razão «auto-consciente»), o princípio Infinito foi sempre entendido como consciência, actividade, liberdade, capacidade criadora incessante.”³⁸

Uma consequência directa desta potência criadora da Razão é que a coisa criada, o finito, é apenas uma concretização do infinito, e portanto não passa de uma expressão dele.

Ora, a expressão através desse infinito pode processar-se através de duas vias: o sentimento, ou a razão.

Se for através do sentimento, o expoente máximo de experiência estética é a arte, e a ela ligada o conceito de sublime.

³⁵ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia p. 212

³⁶ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia p. 8

³⁷ HEGEL. *Estética: A Ideia e o Ideal*. Vol. I Cap. I – A Ideia p. 11

³⁸ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. VIII. p. 162

Se for através da Razão, a sua expressão superlativa é concretizada na filosofia, constituindo o movimento que ficou conhecido pelo Idealismo Romântico.

Em ambas as vias, manter-se-ão constantes as características do Romantismo que segundo Abbagnano, são quatro fundamentais princípios: “o optimismo; o providencialismo; o tradicionalismo; e o titanismo.”³⁹

O optimismo é a designação de uma atitude dos Românticos que justifica todos os factos de vida individual e colectivos como acontecimentos determinantes e determinados integrados numa estrutura que lhes é superior e que os legitima.

Tudo é o que deve ser.

“Para o Romantismo, a realidade é tudo aquilo que deve ser, e a razão não deixa de ser uma potência, só em virtude de não se realizar em factos. Foi por causa desta característica que o Romantismo teve a tendência de exaltar a dor, a infelicidade, e o mal, como manifestações parciais e necessárias de uma totalidade que na sua complexidade permanece pacífica e feliz.”⁴⁰

É nesta totalidade que tudo deve permanecer numa posição de igualdade pois tudo é fracção de um Uno que tudo abarca.

O mundo, assim entendido, como concretização particular de uma acção infinita da razão que se torna ela mesma substância do mundo, deve também ser entendido com iguais critérios os factos que na história ocorrem.

Segundo Hegel, a história não é uma narrativa de factos que ocorrem linearmente no tempo, mas um conjunto de fenómenos com igual importância que manifestam na sua materialidade, a acção infinita do Eu.

No Romantismo, a história assume pois duas expressões diferenciadas:

Ou é a expressão do optimismo em que cada facto deve ser o que é, e portanto a evolução é sempre positiva, pois toda a acção integrada no todo se auto-justifica.

Ou é a expressão do verdadeiro infinito que continuamente se concretiza em factos e actos, e que se opõe ao falso infinito que é o infinito da concretização e da evolução.

“Segundo este ponto de vista, a história ou é um progresso necessário, e incessante no qual todos os momentos superam os anteriores em perfeição e racionalidade; ou é, na sua complexidade, uma totalidade perfeita cujos momentos são todos racionais e perfeitos. Hegel (como mais tarde Croce) elaborou esta segunda concepção, e contrapõe ao «falso infinito» que é o infinito da duração, ou da extensão, ou do progresso. O «verdadeiro infinito», aquele que se realiza integralmente em todos os momentos finitos e por conseguinte, tem o mesmo valor infinito.”⁴¹

Se todos os fenómenos têm pois o mesmo valor infinito, estão fora do espaço e do tempo, embora só no espaço e no tempo possam ser materializados e compreendidos.

Por isso, no Romantismo, permanece a ideia de que todos os factos possam ter uma consciência temporal, embora possam existir fora dele.

³⁹ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. VIII. p. 162

⁴⁰ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. VIII. p. 163

⁴¹ ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. VIII. p. 164

É o que justifica, na arquitectura, a coexistência de vários estilos no mesmo edifício, a recuperação de várias épocas passadas cuja acção pode ser transposta para o presente.

Quando num edifício se usa uma decoração Gótica, Renascentista, Egípcia, ou Oriental, não se pretende a representação da autenticidade deste ou daquele estilo (isso está confinado ao tempo), mas sim a materialização da ideia, a desse mesmo estilo, ou época.

O mesmo acontece em poesia, com a descrição da acção épica ou lírica de determinado Herói. Não é Ulisses, nem Rolando, que se pretende descrever, mas a ideia da sua acção.

A este conceito de providencialismo está intimamente ligado o conceito de tradição.

Com efeito se tudo na história evolui positivamente, e tudo se concretiza na infinita acção da razão, então todos os momentos do passado podem ser recuperados não só na sua aparência (Artes), mas também na sua essência.

“O passado para o Romantismo nada tem que deva ser abandonado ou perdido, contém sim potencialmente o presente e o futuro.

Por isso, as instituições que o passado criou e transmitiu (o Estado, a Igreja, e tudo aquilo que com elas se relacionam) apaixonou os Românticos como se fossem dotados de um valor absoluto e destinados à eternidade.”⁴²

É neste contexto que se explicam os “Nacionalismos” que decorreram durante todo o séc. XIX, e a Espiritualidade que ultrapassara a Igreja Católica, e se enriquece com as religiões orientais, a gnose, e os espiritismos.

A quarta consequência deste conceito de infinito foi o titanismo, cuja expressão artística se consubstanciou no sublime.

Pela já referida ideia de infinito, o Romântico tem horror por tudo o que é finito, o que tem limite, e por isso a grandeza deve suplantar a própria sensação e causar um sentimento estético de infinitude.

Embora esse sentimento possa ser horrível e terrível, deve também libertar-nos numa consumação de transcendência.

“Sublime, é tudo o que é verdadeiramente grande”, diz-nos Kant, e é esse sentimento de pequenez perante uma potencia infinita que nos liberta da nossa condição finita.

Assim, no Romantismo: o optimismo exprime-se através do comportamento moral e da ética.

O providencialismo através da arquitectura, e da literatura; o tradicionalismo através da política, e da organização das nações e do Estado; e finalmente, o titanismo através da literatura, pintura, escultura, e musica.

Estes aspectos referem-se, resumidamente, à essência do Romantismo, que se exprime, tal como já foi afirmado, através da Ética, e da arte que pretende realizar o infinito através de contrastes extremos das suas manifestações finitas, como se elas integrassem um todo cuja evolução jamais atingirá.

⁴² ABBAGNANO. Nicolas. *História da filosofia*. Vol. VIII. p. 164

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicolas. História da Filosofia. Vol. VIII
ABBAGNANO, Nicolas. História da Filosofia. Vol. IX
ARISTÓTELES. Metafísica.
FICHTE. Doutrina da ciência.
HEGEL. Estética : A ideia e o ideal.
HEGEL. Filosofia da História.
PULS, Maurício. Arquitectura e filosofia. Annablume Editora.
SCHELLING. Sistema do idealismo transcendente.
VERCELLONE, Federico. A estética do séc. XIX.

LUÍS MANUEL LOURENÇO SERRO

Nascido em Lisboa a 19 de Outubro de 1953, licenciou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1979.

Esteve então integrado na equipa de projectos da Profabril de 1979 a 1983, tendo estado ao serviço desta mesma firma, um ano em Angola.

Ingressa como docente da Universidade Lusíada em 1989, onde leccionou as disciplinas de Desenho, Geometria e, Geometria Projectiva tendo no ano de 1998 concluído o curso de Mestrado em Arquitectura, nesta mesma Universidade.

Paralelamente, em actividade liberal, tem uma vasta obra construída, sobretudo no campo da acção social, tendo também desenvolvido diversos projectos do âmbito urbanístico, turístico e residencial.

Em 2009 conclui o curso de doutoramento em Teoria da Arquitectura, pela Universidade Lusíada. Sobre o título “Para um entendimento do gótico meridional”.